

O desemprego assola a economia



Por **ALDO PAVIANI***

Ao se observar o horizonte, nada surge que aponte planos, programas e medidas que façam a economia voltar a crescer e, com isso, gerar postos de trabalho

Acompanho a eliminação de empregos nas atividades econômicas, indústrias, comércio e atividades sociais durante algumas décadas. Por todo esse tempo, o desemprego é tido como continuado. São quase 15 milhões de desempregados no Brasil (ou 14,7% a PEA, no primeiro trimestre de 2021, segundo o IBGE) e não há indícios que a economia do país se aqueça para ultrapassar ou mesmo evitar a continuidade desse processo. A tragédia só não é maior porque o que se chama de “informal”, faz aumentar o número de biscateiros, “faz tudo” ou dos que aguardam na esquina ser chamado para alguma tarefa remunerada. Todavia, com o crescimento dos que estão assim classificados faz com que se estabeleça concorrência entre esses personagens sendo, portanto, conduzidos a não terem o que fazer e obter algum ganho (vulgarmente denominada de “renda” – que é do capital e não do trabalho).

No caso de Brasília, a Pesquisa de Emprego e Desemprego de abril de 2021 (Codeplan/DF) estima em 322.000 desempregados, de uma PEA de 1.641.000 pessoas, o que indica um percentual de quase 20% de desempregados, um pouco menos do que há um ano atrás, quando foi divulgado haver 333.000 desempregados. Apesar da redução, é de se calcular que a pandemia da covid-19 possa agravar o quadro, pois muitas empresas estão fechando as portas e, com isso, demitindo empregados. A próxima pesquisa poderá confirmar ou não essa situação preocupante.

Estabeleci o terno “lacunas de trabalho” para aqueles postos eliminados ao longo do processo.

Na lacuna não mais haverá qualquer possibilidade de retorno ao *status quo ante*, e, em resumo, é o pior tipo de desemprego numa economia. Ele é identificado como um “buraco negro” que devora a atividade que poderia acontecer. No entanto, não vejo como transformar as lacunas de trabalho em estatísticas que possam colaborar com a tomada de decisões de como reduzi-las. Assim, fica o conceito inovador em aberto para futuras possibilidade de utilização.

Jornalista da Folha de São Paulo, Vinicius Torres Freire, escreve – em matéria de 30 de maio passado, a respeito de “O erro do Pessimismo exagerado”, que “A adaptação técnica à recessão da covid deve acelerar a crise estrutural do trabalho”. E prossegue, criticando o governo Bolsonaro. O ministro da

Economia refere que “vai para o ataque”, que irá baixar um “pacotinho social de favores para as falanges bolsonaristas, como a dos caminhoneiros”. Prossegue Torres Freire: ainda “Haverá grande perdão de impostos para pequenas empresas em particular. Guedes articula agrados à indústria. Haverá favores até privatização, na da Eletrobras, por exemplo. Há um esquema azeitado para adquirir apoio de parlamentares. Tudo isto, a meu ver tem ligações fortes com todas as estratégias visando a eleição de 2022. Joga-se todas as cartadas e o apoio do chamado “Centrão” será fundamental para ir em frente com essa desesperada forma de se manter no poder, inclusive mantendo o presidente da Arthur Lira (PP/Alagoas) como aliado, debaixo de generosas verbas alimentando as emendas parlamentares – este ano somando mais de R\$ 48 bilhões – um recorde na história política do país.

Enquanto isso, não se percebe nenhum resquício de atitudes que levem a baixar medidas que minorem o drama dos desempregados. Não há incentivo para igualmente atenuar os efeitos da pandemia sobre pequenas e médias empresas em dificuldades. Muitas já fecharam as portas, levadas à falência por não possuírem capital de reserva para suportar meses em que as vendas deixaram de ser efetivas, pois o consumo foi reduzido em muito, devido às incertezas das famílias de

a terra é redonda

“como será o dia de amanhã”, como a mídia considera as dificuldades dos brasileiros em geral. Por falta de consumo que aportem receitas as empresas demitem, o que eleva o desemprego. Assim, no Caderno Economia, o *Correio Braziliense*, edição de 28 de maio de 2021, estampa a manchete “Desemprego cresce e bate novo recorde”, ou seja, chega a quase 15 milhões de pessoas, como referido.

Ao se observar o horizonte, nada surge que aponte planos, programas e medidas que façam a economia voltar a crescer e, com isso, gerar postos de trabalho e renda para as empresas. Por isso, neste contexto, pergunta-se quais as políticas públicas desejáveis para estancar o desemprego e viabilizar políticas públicas necessárias e desejáveis?

***Aldo Paviani**, geógrafo, é Professor Emérito da Universidade de Brasília (UnB).